



ENTREVISTA DA SEMANA

José Roberto Stopa

Vice-prefeito e secretário de Obras de Cuiabá

“Quero e vou lutar com o meu time dentro da Federação para ser candidato a prefeito de Cuiabá”

Pág. 7

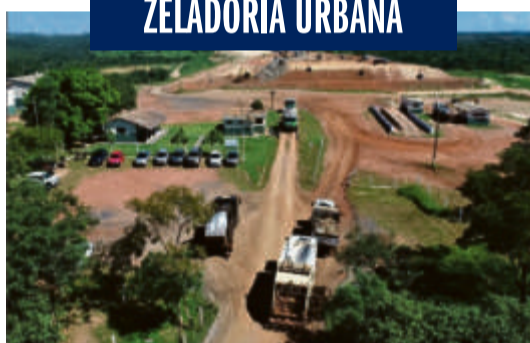
FÓRUM EMPRESARIAL



Mauro Mendes mostra potencial de MT a investidores: "Vamos liderar na produção de alimentos"

Pág. 8

ZELADORIA URBANA



Prefeitura de Cuiabá é destaque nacional com iniciativas inéditas de tratamento do lixo - Pág. 8

DIREITO ASSEGURADO

AL aprova projeto que garante uso de cão guia a autistas

Pág. 8

Ótima Oportunidade de Negócio



Residencial Parque Pantanal I

Excelente Residencial Para Morar

Localização Privilegiada

Localizado em frente ao Shopping Pantanal, Centro Político Administrativo, supermercados, lojas variadas e principais bancos. Avenidas de fácil e rápido acesso a poucos minutos do centro.

Tudo Para Viver Bem

Apartamento confortável com 99m² - 3 quartos/1 suite. Área de lazer completa com: Quiosques com churrasqueira, freezers, mesas e cadeiras - Piscinas adulto e infantil - Playground para crianças - Quadras poliesportivas - Campo de futebol - Salão de festas - Salão de jogos - Sala de visitas - Academia ao ar livre e Brinquedoteca

Mais Segurança Para Sua Família

Circuito fechado de TV - Condomínio fechado com elevador social e elevador de serviço - Estacionamento fechado - Guarita - Interfone - Portaria 24 horas.

Preço à Vista

R\$ 620.000,00

100% Financiável pelo Sistema Financeiro da Habitação

Tratar com Maycon

(65) 99285-4204

(65) 3052-6030

CHARGE DA SEMANA

CANTORIA ELEITORAL...

Popular





ANTÔNIO JOAQUIM
Conselheiro, ouvidor-geral e presidente da Comissão de Educação e Cultura do Tribunal de Contas de Mato Grosso

“ Se a função da cidadania é contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, mediante a participação do indivíduo, da mesma forma o exercício pleno dessa cidadania passa pelo conhecimento dos direitos e deveres. ”

Ouvidoria, sinônimo participação

Eu sempre fui um defensor de iniciativas que estimulem o controle social, na perspectiva de que todos os atores políticos, sociais, comunitários, eclesiais, as instituições em geral, enfim, quem ocupa função de evidência no seio da sociedade tem a obrigação de promover, trabalhar, construir o alicerce da cidadania, que é a boa informação a esse respeito. Não basta a existência de leis que assegurem os direitos e deveres para o cidadão, é necessário que os indivíduos os conheçam, lhes sejam familiarizados como algo do dia a dia que se pratica, respira, transpira, convive.

Afinal, se a função da cidadania é contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, mediante a participação do indivíduo, da mesma forma o exercício pleno dessa cidadania passa pelo conhecimento dos direitos e deveres. Disso depende outro valor muito caro para a nossa vida cotidiana, que é a democracia. Ela não é perfeita, mas é o melhor ambiente possível para o convívio dos indivíduos. Cidadania tem conexão direta com democracia.

Faço essa introdução para lembrar a todos que no dia 26 de junho comemoramos o aniversário de seis anos da Lei 13.460/2017, à qual gosto sempre de referir como “O Procon do Serviço Público”. Essa lei é importantíssima para o exercício da cidadania. Ela dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Vejam, é uma legislação similar àquela que trata dos direitos do consumidor. Mas, neste caso, dos direitos dos usuários dos serviços públicos.

Na nossa rotina, a gente vive consumindo serviços ofertados pelo poder público. Então, essa lei veio tratar das formas com as quais o cidadão pode participar, ser protegido e defendido nos seus direitos. Não é, evidentemente, a única legislação que trata dos direitos para o exercício pleno da cidadania, mas esse código do usuário dos serviços públicos fala de uma particularidade da qual gosto muito, que é a participação do cidadão na rotina das instituições públicas. Não vamos esquecer que tem muita instituição pública que, por mais absurdo que seja, vive de portas fechadas para o cidadão.

Como participar? Uma das formas mais elementares é se manifestando, falando, reclamando, denunciando. Tudo bem, também elogiando, lógico. Mas, acima de tudo, afirmando se não foi atendido ou se percebe que algo não está certo, que algo esteja errado. E como fazer isso? Através das ouvidorias. Agora, aproveito para outro mantra: pra mim, ouvidoria é um dos sinônimos do verbo participar. Ouvidoria é porta de entrada para a participação, canal direto de manifestação do cidadão. É democracia na veia, papo reto, sem intermediário. Mas se o cidadão não participa, não a utiliza, a Ouvidoria não funciona, torna-se decorativa.

A Lei 13460/2017 fala das Ouvidorias Públicas, como canal para recepcionar as manifestações do cidadão em qualquer órgão público. Então, não é favor, é obrigação da administração

pública ter uma ouvidoria ou unidade similar para receber a manifestação do cidadão. Antes, evidentemente, a lei estabelece que o cidadão tem o direito de ser tratado com urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento. Ser tratado com presunção de boa-fé. Atendido por ordem de chegada, igualdade no tratamento. E que os seus pedidos sejam atendidos com cumprimento de prazos e normas procedimentais.

A lei também cria obrigações às instituições públicas, como a existência da Carta de Serviços, com a disponibilização de tudo a esse respeito. A exemplo dos serviços oferecidos, os requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessá-los, previsão de tempo, locais, enfim.

Não vou me alongar no detalhamento da lei. Vou te propor algo diferente: ler a Lei 13.460/2017. Acesse esse link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113460.htm. Assim, você estará fazendo algo precioso, ou seja, participando de sua própria construção de conhecimento de direitos e deveres.

Vamos festejar o aniversário do Código de Defesa dos Usuários do Serviço Público lendo a lei e nos informando sobre nossos direitos e nossos deveres.

ANTÔNIO JOAQUIM
é conselheiro, ouvidor-geral e presidente da Comissão de Educação e Cultura do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT)



EDITORIAL

Muita riqueza para poucos

O Estado de Mato Grosso é um dos estados mais ricos do Brasil. Está nas telas dos noticiários, está na publicidade dos outdoors, do rádio, da internet, está na boca dos políticos. É verdade. A projeção dos economistas aponta que no primeiro semestre desse ano, a balança comercial do estado deve fechar com um saldo superior a US\$15 bilhões, isto só no campo das exportações da cadeia produtiva do Agro, fora o comércio interno.

Com um PIB anual estimado em pouco menos de R\$ 200 bilhões, com renda per capita girando em torno do R\$52 mil, Mato Grosso só perde para o Estado de São Paulo em riqueza. A miséria, no entanto, mora de “parede-meia” com o luxo e a ostentação dos que estão no topo da pirâmide social. É o lado “feio” que as autoridades governamentais do estado escondem, negam e fazem de conta que é invisível.

Dos 141 municípios de Mato Grosso, nada menos que 40 situam-se entre os mais pobres do país. Se em uma ponta temos Primavera do Leste, 15ª cidade mais rica do agronegócio no Brasil, na outra, temos Barão de Melgaço, uma das 10 cidades mais pobres do território brasileiro. Se temos uma Sapezal, uma Sorriso e uma Lucas do Rio Verde, que figuram entre as 10 cidades mais ricas do estado, é preciso tirar a venda dos olhos e encarar de frente a pobreza extrema de uma Rondolândia, de uma Cotriguaçu e de uma Nossa Senhora do Livramento, cidades em que a população tem uma renda média inferior a 300 reais por mês.

Este é o quadro exposto pelo estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, divulgado em fevereiro passado, a partir de informações cruzadas da base de informações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - a chamada Pnad Contínua.

Esta disparidade absurda entre municípios miseráveis e cidades bilionárias em um estado que se ufana de ser a “nova fronteira da prosperidade” e o “celeiro do mundo”, não é apenas uma vergonha – que deveria ao menos constar dos governantes -, mas sim, configura como um verdadeiro atentado aos direitos humanos.

A falta de uma política pública concreta de combate às desigualdades regionais, as disparidades social, econômica e financeira entre as populações em Mato Grosso é uma demonstração cabal de que não há compromisso das autoridades governamentais – leia-se Executivo e Legislativo Estaduais – em cumprir com um dos seus deveres basilares: a promover o equilíbrio do desenvolvimento do território e de sua sociedade.

Diante disso, resta a contatção de que os discursos ufanistas, as promessas de justiça, de progresso e crescimento proferidos em palanques, entrevistas e solenidades são meras palavras ao vento.

Maykom Milas

RIO CUIABÁ

LIVRE DE HIDRELÉTRICAS!

A LUTA CONTINUA!

DIVULGADO ESTADUAL
WILSON SANTOS
 MATO GROSSO JUSTO PARA TODOS!

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas
DEPTO COMERCIAL 3052-6030 / 3052-6031

DIRETORA FINANCEIRA Thayla Moraes

FOTOS Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE Kleber Simioni

CHARGE Fred

PAUTA redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Ataque suspeito

O suposto ataque à tiros contra indígenas da etnia Enawênê-Nawê que teria sido praticado por seguranças de uma das usinas hidrelétricas localizadas no rio Juruena, em Sapezal, vem despertando suspeitas de ter sido uma armação para atingir o empresário Eraí Maggi, dono do grupo empresarial que controla as PCH's naquela área. O empresário e produtor rural é membro do Conselho da República, reativado pelo presidente Lula, o que não agradou em nada setores radicais da oposição de direita no estado. A suspeita é de que adversários do presidente petista em Mato Grosso tenha "armado" a situação, incentivando a animosidade entre os indígenas para que ocupassem uma das usinas, a fim de "queimar" a imagem de Eraí Maggi e ao mesmo tempo criar uma crise com os ministros dos Povos Indígenas, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça e com o próprio Lula. Que a "revolta" dos Enawênê-Wanê é estranha é. Afinal, há mais de 10 que a relação do grupo empresarial de Eraí com a etnia foi pacificada e a empresa vem cumprindo fielmente o acordo de redução de danos sociais e ambientais naquela comunidade original e nunca se furtou a dialogar com suas lideranças para resolver divergências e reivindicações.

Debandada à vista

O prefeito de Primavera do Leste, Leonardo Bortolin pode ser forçado a recuar na sua candidatura à presidência da Associação Mato-Grossense de Municípios (AMM) nas próximas semanas. Segundo informações apuradas pelo CO Popular nos bastidores do movimento municipalista, alguns dos prefeitos do interior que vinha se alinhando com Bortolin estão reavaliando seu apoio. Conforme um desses prefeitos, que pediu anonimato, o grupo considera que o momento não é favorável para um racha entre os gestores executivos dos municípios. O risco de um racha no movimento municipalista vai trazer prejuízos para todos os municípios, avalia a fonte. "Talvez seja melhor uma composição entre as duas candidaturas para que trabalhem juntos na defesa dos interesses dos prefeitos e dos municípios", disse o prefeito. Resta saber se os dois pré-candidatos estão dispostos a um diálogo ou se vão dar uma de Rússia Ucrânia e seguir com uma "guerra" em que todos só tem a perder.

Julgamento retomado



Paralisado desde março deste ano quando o ministro Alexandre de Moraes apresentou seu voto pela ilegalidade de reeleição por mais de dois mandatos consecutivos para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa em Mato Grosso, o processo vai voltar à pauta do STF no mês de agosto. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que analisa o caso estava com pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes. AADI pode anular a terceira eleição do deputado estadual Eduardo Botelho (UB) para presidente do parlamento estadual. Como a ministra Cármen Lúcia acompanhou o voto de Moraes, o julgamento do TSE já conta com dois votos pela ilegalidade da reeleição. Caso a maioria dos ministros sigam com esse entendimento, será necessário realizar uma nova eleição para Mesa Diretora da Legislativo estadual ainda este ano.

Riva, o inocente



O ex-deputado José Geraldo Riva foi inocentado pela Justiça Federal, junto com o empresário Jânio Viegas de Pinho, em processo em que eram acusados de lavagem de dinheiro. A ação era derivada das investigações da Operação Ararath, que apurou crimes contra o sistema financeiro nacional, corrupção e propina. A sentença inocentando Riva foi prolatada pelo juiz Jefferson Schneider, da 5ª Vara Federal Criminal de Cuiabá. Na mesma decisão, o magistrado determinou o desbloqueio dos valores e bens do empresário. Segundo o magistrado, não restou provado pelo Ministério Público Federal que Riva e Jânio tenham cometido qualquer ilícito do qual foram acusados.

Direito à véu



Em nome da liberdade de manifestação de fé religiosa, o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/MT) foi proibido pela Justiça de Mato Grosso de obrigar mulheres muçulmanas usar o véu hijab em fotos para a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O uso do véu, que cobre os cabelos, pescoço e parte dos ombros é parte do traje tradicional das muçulmanas que tem relação direta com os costumes e práticas da sua religião. A decisão foi do juiz Bruno D'Oliveira Marques, da Vara Especializada em Ações Coletivas, e foi publicada na terça-feira, 27. A multa em caso de descumprimento é R\$ 10 mil. O magistrado acolheu uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional de Juristas Islâmicos (Anaji), após denúncia de que o Detran/MT teria impedido que diversas mulheres muçulmanas fossem fotografadas com o hijab.

José Roberto Stopa - Vice-prefeito e secretário de Obras de Cuiabá

“Quero e vou lutar com o meu time dentro da Federação para ser candidato a prefeito de Cuiabá”



Foto: Assessoria

O geógrafo e professor José Roberto Stopa é natural de Fernandópolis, interior de São Paulo, chegou em Cuiabá no início dos anos 1983 quando iniciou-se na carreira de servidor público dando aulas e atuando como diretor em escolas. Posteriormente, trabalhou como assessor do ex-prefeito Coronel José Meirelles e desde então, sempre esteve a serviço da comunidade como superintendente do Arquivo Público do Estado, secretário municipal de Meio Ambiente, secretário-adjunto de Educação de Cuiabá e secretário de Serviços Urbanos em duas gestões. Foi ainda vereador e agora ocupa o cargo de vice-prefeito e titular da Secretaria de Obras Públicas, sendo o responsável direto pela execução das obras da gestão do prefeito Emanuel Pinheiro. Com essa trajetória de eficiência, competência e compromisso público, José Roberto Stopa se credencia para pleitear, em 2024, a sucessão de Pinheiro no Palácio Alencastro e vem trabalhando para consolidar sua candidatura dentro da federação partidária formada pelo seu partido, o PV, o PT e o Pcdob. Nesta entrevista exclusiva ao CO Popular, Stopa fala sobre o que motiva sua vontade de ser prefeito da Capital, sobre o legado da atual gestão e sobre como ele imagina a Cuiabá do futuro.

“ O prefeito Emanuel Pinheiro, tem feito contatos com o Governo Federal buscando uma alternativa, talvez uma medida que permita uma parceria do tipo público-privada, uma PPP, para que possamos ter o VLT cuiabano ”

Da Redação

CO Popular - A administração de Cuiabá passa por um momento ímpar, com a realização de uma série de obras de grande porte e impacto na infraestrutura urbana. Quais são as realizações nessa área que marcarão o legado da gestão Emanuel Pinheiro/José Roberto Stopa?

José Roberto Stopa – Todas estas as obras que temos realizado no município são de grande importância e significado para a população cuiabana e mato-grossense. Mas, se for para destacar apenas algumas, sem dúvida nenhuma eu cito, em primeiro lugar, a nova Feira do Porto, que vamos entregar a primeira etapa no dia 21 de julho, pois retrata um sonho da nossa cidadania, pois vamos estar transformando aquele espaço em um local de referência, de orgulho e de cultura da cuiabana. Será um novo cartão postal para Cuiabá, com uma estrutura moderna, climatizada, organizada em nível de primeiro mundo. Em segundo lugar, destaco a duplicação da avenida Dante Martins de Oliveira, a Avenida dos Trabalhadores, que consolida nosso conceito de urbanização humana da cidade, onde as vias de trânsito contemplam não apenas os veículos, mas oferece espaço seguro para os pedestres e os ciclistas com passeios (calçadas) e ciclovias e estacionamentos organizados. Como “cereja do bolo” eu considero que a avenida do Contorno Lestes, que será a maior de Cuiabá, com mais de 17 quilômetros de extensão e vai integrar à cidade uma vasta região que abriga 55 bairros e mais de 300 mil moradores. É uma avenida única, com pistas duplas, iluminação de LED, ciclovia e passeios, canteiros urbanizados, praças estruturadas, estacionamentos. A primeira etapa do Contorno Leste, com 6,5 quilômetros de extensão, será entregue também agora no mês de julho em uma solenidade que contará com a presença do presidente Lula. Esta é uma das obras transformadoras da nossa gestão, pois vai mudar completamente o espaço geográfico, econômico e social em todo o seu entorno, valorizando uma região que deve ser o novo “espaço nobre” da capital. Estas serão, entre outras tantas que a atual gestão tem realizado em Cuiabá e das quais nos orgulhamos, que marcarão o legado de nossa passagem pela Secretaria de Obras e vice-prefeitura.

CO Popular - Uma das questões mais complexas e polêmicas dos últimos 10 anos em Cuiabá é o modelo de transporte coletivo urbano da cidade. O BRT e o VLT segue dividindo opiniões e gerando questionamentos, críticas e muitas dúvidas. Como secretário de obras, responsável pela infraestrutura de mobilidade e como vice-prefeito, qual é sua visão sobre esse problema?

José Roberto Stopa – Minha visão já é conhecida, é pública: sou a favor do modelo de transporte coletivo sobre trilhos, o VLT. Nós já temos os trens, os vagões modernos, parados no pátio e gerando despesas para os cofres públicos. Temos parte dos trilhos e inclusive, a maioria das obras de arte, os viadutos, pontes e travessias prontas para receber os trilhos e operar com o VLT em Cuiabá. Sem contar que já se gastou mais de um bilhão de

reais com o VLT e agora querem demolir, transformar em lixo tudo o que foi feito e gastar mais de meio bilhão para fazer o BRT. Eu ousou perguntar: ao interesse de quem essa decisão está atendendo? Com certeza, não é ao interesse do cidadão cuiabano, do trabalhador que usa o transporte coletivo, não é o interesse da cidade de Cuiabá, mas sim, de algumas pessoas específicas, de empresas específicas. Então, não vejo sentido e nem motivo plausível, para trocar o VLT, que é moderno, que tem durabilidade de até 50 anos, é confortável, mais rápido, mais eficiente, não polui, pelo BRT, que é um modelo ultrapassado, poluente, que dura no máximo 15 anos, tem alto custo de manutenção e renovação.

CO Popular - Há alguma possibilidade ou estudo para que a Prefeitura de Cuiabá assumira para si a responsabilidade de implantação do VLT na Capital em vez de permitir a instalação do sistema de BRT?

José Roberto Stopa – Nossa administração, o prefeito Emanuel Pinheiro, tem feito contatos com o Governo Federal buscando uma alternativa, talvez uma medida que permita uma parceria do tipo público-privada, uma PPP, para que possamos ter o VLT cuiabano. A ideia é termos uma estação no bairro do Porto e os ramais até a Grande Morada da Serra, CPA, e para o Tijucal. Entendemos que é um projeto 100% sustentável e factível. A verdade é que acabaram criando um mito de que a passagem do VLT é mais cara que a dos ônibus. Mas, isso é falso. Hoje as passagens de ônibus já são subsidiadas pelo município. Para manter as passagens dentro da realidade da população é só manter o subsídio para a passagem do sistema VLT. Não tem desculpa, impor o BRT é um crime que estão querendo cometer contra a população de Cuiabá, é algo que não concordamos e não aceitaremos calados.

CO Popular - Nos bastidores políticos, se dá como certa a sua candidatura a prefeito de Cuiabá em 2024. Mas, há indicadores de que essa postulação enfrenta resistência dentro da Federação PV, PT e Pcdob. O senhor será candidato mesmo que não seja dentro da Federação de partidos de esquerda?

José Roberto Stopa – Quem aposta num rompimento da Federação está apostando errado. Veja, no último fim de semana, recebemos em Cuiabá a deputada federal Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT. Ela sentou com os dirigentes da federação e estabelecemos uma agenda mínima para orientar os debates em torno da definição de quem irá ser o nosso candidato. É lógico que cada partido queira indicar o seu pré-candidato e é salutar que haja esse debate interno. Pessoalmente, eu quero e vou lutar com o meu time dentro da Federação para ser candidato a prefeito de Cuiabá. Isso não tira o direito das postulações em torno dos nomes do deputado Lúdio Cabral e da ex-deputada Rosa Neide, pelo contrário. São também dois grandes nomes, com grande potencial eleitoral, cada um tem sua história e legitimidade. E eu tenho a minha trajetória de 35 anos de trabalho prestado à Cuiabá, como um servidor que

acorda cedo e dorme tarde, que serve e pensa Cuiabá, como alguém que conhece profundamente a cidade e sua gente. Tenho ainda uma vida pública sem manchas, podem checar. Nunca estive a serviço de ninguém que não seja a população cuiabana. Não tenho por trás de mim nenhuma empresa particular, nenhuma empresa de ônibus, nenhuma operadora de hidrelétricas que quer construir PCHs no rio Cuiabá e acabar com Pantanal e nem tenho nenhuma grande corporação empresarial me subsidiando. Meu único compromisso é a defesa da população cuiabana como fiz nos últimos 37 anos da minha vida.

CO Popular - Os analistas políticos apontam que, dos três nomes principais da federação de esquerda, o seu é o que tem mais capilaridade fora desse espectro político, alcançando eleitores que não votam em partidos como o PT e o Pcdob, por exemplo. O senhor conta com essa espécie de “vantagem” para impulsionar seu projeto eleitoral?

José Roberto Stopa – Sem dúvida nenhuma. Nós estamos na federação, meu partido, o PV, está neste grupo, mas, vamos em busca de outros parceiros políticos que não fazem parte desse agrupamento. É cedo para citarmos quais legendas, pois o processo eleitoral só será deslançado de fato em abril, maio do ano que vem. Mas, obviamente, nosso empenho é para trazer novas forças partidárias para nosso projeto que propõe uma grande aliança pelo bem de Cuiabá e que continue trabalhando por uma cidade cada vez mais sustentável, mais humana, mais verde, com mais qualidade de vida para a população, mais inteligente e moderna.

CO Popular - Dentro dessa perspectiva de você vir a ser candidato e eleito prefeito da Capital, qual é a Cuiabá que você pensa construir a partir de 2024?

José Roberto Stopa – Eu penso em uma Cuiabá já totalmente saneada, com suas ruas e avenidas restauradas e livres das obras de esgoto, obras que aliás, devem ser concluídas ainda este ano quando alcançarmos a meta de 100% de implantação do sistema de coleta para tratamento do esgoto domiciliar. Eu penso em uma Cuiabá mais verde, mais humanizada com mais áreas de lazer, esporte e convivência para a população também nos bairros; eu penso em uma Cuiabá com o sistema de transporte coletivo moderno, rápido, eficiente e 100% climatizado; eu penso em uma Cuiabá com uma educação com os melhores índices de qualidade e desempenho ensino/aprendizagem; eu vejo uma Cuiabá com uma rede de saúde pública ainda mais ampla, mais eficiente, mais próxima da população e com maior índice de resolutividade para a média e alta complexidade; eu vejo uma cidade mais integrada e moderna tecnologicamente e uma Cuiabá com um índice de IDH tão bom quanto os das 10 melhores cidades do Brasil para se viver. Ou seja, eu imagino que fazer de Cuiabá uma cidade cada dia mais desenvolvida é, antes de mais nada, tornar essa cidade mais acolhedora para seus moradores e visitantes.

FÓRUM EMPRESARIAL

Mauro Mendes mostra potencial de MT a investidores: "Vamos liderar na produção de alimentos"

O governador lembrou que Mato Grosso e o Brasil utilizam, em sua absoluta maioria, matrizes sustentáveis para gerar energia e produzir

Da Redação

Durante o 22º Fórum Empresarial LIDE, no Rio de Janeiro (RJ), o governador Mauro Mendes destacou a liderança cada vez maior de Mato Grosso entre as regiões produtoras de alimentos do mundo. Mendes participou do painel "A nova realidade do agro brasileiro", na tarde desta quinta-feira (29.06), acompanhado do secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho.

"Na perspectiva do estado de Mato Grosso, nós temos um futuro brilhante pela frente. Conseguimos construir um modelo de competitividade que nos permite olhar para o horizonte no médio e longo prazo, com muito otimismo. Não tenho dúvida que nós vamos liderar o mundo cada vez mais na produção de alimentos", relatou.

O governador registrou que Mato Grosso é o estado campeão nacional na produção de ali-

mentos, sendo o 3º maior produtor mundial de soja, desbancando a Argentina. Apesar da produção em larga escala, conforme Mauro Mendes, o estado preserva 62% do território.

"Esses 62% estão intactos e iguais estavam há mais de 500 anos, quando Pedro Álvares Cabral chegou aqui. Se nós olharmos para os Estados Unidos, o grande produtor é a Califórnia, que tem apenas 26% de preservação. Se olharmos para a China, a província chinesa que mais produz alimentos preserva apenas 11%. Ninguém tem o que nós temos aqui, mas essa narrativa é um grande desafio que temos que saber lidar", pontuou.

Para Mauro Mendes, é preciso que esses grandes ativos ambientais sejam conhecidos pelo país e pelo mundo. "E isso começa por nós, pela imprensa brasileira, pelos grandes atores, grandes líderes, porque nós



O governador registrou que Mato Grosso é o estado campeão nacional na produção de alimentos, sendo o 3º maior produtor mundial de soja, desbancando a Argentina

precisamos fazer com que essa verdade, que é uma verdade absoluta, possa ecoar não só dentro do Brasil, mas ao redor de todo o planeta", disse.

O governador lembrou que Mato Grosso e o Brasil utilizam, em sua absoluta maioria, matrizes sustentáveis para gerar energia e produzir, em contraste com países da Europa que tem aumentado o consumo de carvão e, ainda assim, querem ditar regras ambientais aos brasileiros.

"40% das emissões mundiais de carbono são feitas pela queima de combustíveis e principalmente pela queima de carvão. Grande parte desses países que apontam o dedo para o Brasil, nas últimas décadas aumentaram o consumo e o uso dessas matrizes energéticas. Enquanto isso, nós temos mais de 90% da nossa matriz renovável, limpa", mostrou.

Como exemplo dessa contradição, Mauro Mendes citou a lei recentemente aprovada pela União Europeia que veda a importação de produtos brasileiros oriundos do desmatamento, mesmo aqueles realizados dentro da legislação.

"Isso é um desrespeito ao Congresso Nacional, um desrespeito ao nosso Código Florestal, que é, seguramente, a lei ambiental mais restritiva e mais protetiva ao meio ambiente que existe no planeta. Ao invés de reconhecer os nossos grandes ativos ambientais, eles ficam lá para proteger as suas emissões de carbono, que continuam aumentando. Não podemos aceitar que alguém venha dentro do nosso país, dentro da nossa casa, nos insultar, desrespeitando a lei brasileira que ataca profundamente os nossos direitos", opinou.

ZELADORIA URBANA

Prefeitura de Cuiabá é destaque nacional com iniciativas inéditas de tratamento do lixo



Da Redação

A Prefeitura Municipal de Cuiabá, na gestão de Emanuel Pinheiro (MDB) tem se destacado na área de zeladoria urbana. Em seis anos, ao menos dez novas atividades voltadas ao tratamento adequado do lixo foram implantadas como rotina no processo de cuidado com a cidade.

Assegurar o manuseio, a destinação e o tratamento adequado de resíduos, seja doméstico, industrial, comercial e ou hospitalar produzido em Cuiabá tem sido uma política contínua da atual gestão municipal. Desde 2017, diversas ações foram adotadas avançando da tradicional coleta domiciliar "porta a porta" para atividades que potencializam o desenvolvimento de práticas sustentáveis.

A lista possui, por exemplo, a revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resí-

duos Sólidos, que ajuda no planejamento, pelos próximos 20 anos, de ações voltadas aos cuidados com resíduos sólidos. Foi com base nesse documento técnico, por exemplo, que o Município conseguiu efetuar, de maneira histórica, a desativação do antigo aterro sanitário, que há cerca de 30 anos funcionava incorretamente.

Entre as medidas estão a criação e operação do Ecoparque Pantanal, estrutura que recebe aproximadamente 20 mil toneladas de lixo por mês, de forma ambientalmente correta e segura; a coleta fluvial, com a utilização da Balsa Ecológica e a renovação da frota de veículos da coleta de lixo domiciliar, entre outras ações que colocam Cuiabá entre as cidades que mais avançaram nesse setor.

DIREITO ASSEGURADO

AL aprova projeto que garante acompanhamento de cão guia a autistas

Da Redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou, nesta quarta-feira (28), durante sessão ordinária, o Projeto de Lei nº 217/2023, que assegura a pessoa com transtorno do espectro autista – TEA – o direito de ingressar e de permanecer acompanhada de cão de assistência em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privado de uso coletivo. A proposta estende o direito já garantido pelo Decreto federal 5.904 de 21 de setembro de 2021.

Autor do PL, o deputado estadual Valdir Barranco (PT) explica que no caso das pessoas que estão no espectro autista, os animais têm um papel muito importante, pois podem ajudar nas funções consideradas um desafio, como interagir com outras pessoas em ambientes públicos. A companhia do animal também pode, em muitos casos, contribuir com a diminuição da ansiedade dos autistas e interromper, de maneira suave, alguns comportamentos autoperjudiciais e ajudar a cessar colapsos emocionais.

"Eu estou muito feliz com essa aprovação em segunda votação aqui na ALMT. Esse projeto, mais

do que levar ou acompanhar essas pessoas, os cães também são treinados para identificar os momentos que essas pessoas estão em situações nervosas, ansiosas e as acalmam pela simples ação do contato. Essa aprovação é uma grande vitória, pois elas não precisarão mais se justificar ou serem barradas na utilização de cão guia", disse.

Segundo a proposta, os cães de assistência ou cães de serviço são aqueles que, por meio de treinamento profissional, adquirem características e habilidades que proporcionam a melhoria da autonomia das pessoas com alguma deficiência ou transtorno, e oferecem apoio físico e emocional.

"Agora, para além da aprovação e da possível Lei sancionada, nós temos que fazer com que as pessoas e toda a sociedade saibam da existência dessa nova legislação. Pois, em muitos casos, quem realmente se beneficia com a lei, ela sabe do seu direito, porém alguns espaços, por desconhecimento, podem ainda sim querer impedir. Precisamos realizar um trabalho para que o maior número conheça essa nova lei", finalizou Barranco.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Consulta pública debaterá o orçamento estadual de 2024

Da Redação

A Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz MT) promove, entre os dias 3 e 21 de julho, consulta pública sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2024. O edital convocando a participação popular foi publicado no Diário Oficial do Estado.

Toda a população e as entidades representativas poderão fazer sugestões para a elaboração do orçamento estadual de 2024. A participação vai ocorrer por meio de questionário eletrônico que será disponibilizado no site da Sefaz, a partir de segunda-feira (03.07).

A iniciativa em abrir espaço para a sociedade contribuir na elaboração do orçamento estadual reflete o compromisso do Governo de Mato Grosso com a transparência e a democracia. É o momento que o cidadão manifesta suas opi-

niões e sugestões, auxiliando no planejamento das políticas públicas, de prioridades e na destinação dos recursos públicos.

A Sefaz reforça que a consulta pública é aberta a todos os interessados, seja a sociedade civil organizada, entidades de classe, organizações não governamentais ou qualquer cidadão mato-grossense que deseje contribuir. As contribuições recebidas serão analisadas e encaminhadas aos setores competentes como sugestão para compor o projeto de lei.

Além da consulta, está programada para o mês de setembro uma audiência pública. Após essas etapas e possíveis adequações, a previsão é de que o PLOA 2024 seja entregue na Assembleia Legislativa no final de setembro, para apreciação e novos debates.